

CONCEPÇÕES DE DIRETORAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANOS, SOBRE CRECHE, EDUCAÇÃO E CUIDADO DE CRIANÇAS PEQUENAS DE ATÉ 3 ANOS

Rosana Capputi Borges¹

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar parte dos resultados da minha pesquisa de mestrado, que teve como objetivo captar, descrever e interpretar discursos proferidos por três diretoras de Centros de Educação Infantil diretos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sobre suas concepções a respeito de creche, do bebê, sua educação e cuidado. O aporte teórico foi constituído à luz da teoria de Thompson (2011) e dos novos Estudos Sociais da Infância. No campo metodológico, foi usada a Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (2011) e a técnica de Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (1977). Os principais resultados revelaram que apesar das dificuldades enfrentadas, a creche da Rede direta foi associada à melhor opção de educação e cuidado, a ser ofertada como dever do Estado e direito do bebê, sendo considerada pelas entrevistadas como espaço coletivo de melhor padrão de atendimento.

PALAVRAS-CHAVE: bebê; criança pequena; creche; diretor (a); educação e cuidado.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a relatar parte dos resultados da minha pesquisa de mestrado, intitulada “Concepções de diretoras de Centros de Educação Infantil paulistanos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas de até 3 anos” que teve como objetivo descrever e interpretar discursos proferidos por esses atores sociais sobre creche, educação e cuidado de bebês, finalizada no ano de 2015. Ineri-me² no projeto coletivo do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), do Programa de estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, que vem investigando o processo de construção social da infância no Brasil.

¹Graduada em Psicologia e Pedagogia. Pós-Graduada em Psicopedagogia. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é diretora de Escola Municipal de Ensino Fundamental na Cidade de São Paulo e Dirigente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo-SINESP. e-mail: rosanacapputi@outlook.com

²Durante alguns parágrafos específicos usarei o termo na primeira pessoa do singular para localizar-me no processo, porém, no decorrer do texto usarei também a primeira pessoa do plural por acreditar que o conhecimento social é uma construção coletiva e que envolveu o trabalho realizado no NEGRI.

Concebemos os bebês³, as crianças pequenas até os 3 anos de idade e a infância como categoria social, no contexto das relações de idade como etapa da vida subordinada à etapa adulta. Entendemos que ao lado das relações de classe, gênero, raça-etnia e nação, as relações de idade são categorias úteis para apreender e compreender a produção e sustentação de desigualdades sociais.

A investigação buscou inovar ao selecionar três diretoras que atuam em Centros de Educação Infantil (CEIs) diretos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo⁴, que iniciaram no cargo após a transferência das creches da Secretaria de Assistência Social para Secretaria Municipal de Educação⁵. Optou-se por pesquisar apenas diretoras da rede direta, pois, na rede conveniada, há uma série de diferenciações, de características e condições específicas, que ocorrem por peculiaridades das entidades sociais⁶.

Voltar a atenção para as falas das diretoras de CEIs fez sentido, à medida que permitiu apreender quais pensamentos vêm balizando a prática profissional dessas protagonistas, que, imbuídas de poder, participam do debate e da construção de concepções sobre o bebê e seu direito à educação e cuidado em creche, como dever do Estado. Assim, a proposição inicial da pesquisa foi que diretores (as) de CEIs, receptores (as) e produtores (as)⁷ de discursos são atores sociais que podem contribuir para a manutenção ou superação dos bebês e das creches em posição de subalternidade em relação a outras idades e a outras subetapas da educação, sendo norteados pelos seguintes questionamentos: quais seriam as

³Os quais poderão ser chamados de crianças pequenas. De acordo com Rosemberg (2009b), é importante esclarecer que, “enfrentamos uma dificuldade com o vocabulário disponível, em português e castelhano, para nos referirmos às crianças do nascimento aos 3 anos. Os termos bebê, *bebé*, *párvulo*, *guagua*, criança pequena têm sido criticados (Fujimoto e Peralta, 1998). Porém, a proposta de subsumir toda a faixa etária de 0 a 6 anos em uma única expressão (primeira infância, menor de 6 anos, *párvulo*) também acarreta efeitos deletérios na medida em que se refere, mais particularmente, às crianças de 4 a 6 anos. Ora, como se pode observar por relatórios recentes, a atenção educacional à criança de 0 a 6 anos não é igualitária, penalizando sobremaneira as crianças de 0 a 3 anos [UNESCO, 2008]” (ROSEMBERG, 2009b, p.1).

⁴ Por força do artigo 4º, do Decreto nº 40.268/01, as creches municipais da Rede direta indireta e conveniada de São Paulo, passaram a se denominar oficialmente Centros de Educação Infantil. Entretanto, neste trabalho utilizarei o vocábulo creche, sempre que oportuno, em consonância com o termo preceituado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996.

⁵ Elegi entrevistar mulheres brancas e concursadas, uma vez que elas eram a maioria ocupante no cargo de diretor de CEI. Para realizar o concurso para o cargo de diretor no município de São Paulo, o candidato deve ser professor pertencente à carreira do magistério municipal e possuir licenciatura plena. A exceção foram os diretores e pedagogos que eram pertencentes à Secretaria de Assistência Social e tiveram seus cargos transformados, conforme Lei nº 13.574/03.

⁶Para saber mais, veja Lei Federal nº 13.019/14, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC passou a vigorar para os municípios a partir de 01 de janeiro de 2017.

⁷A partir deste ponto, abandonarei a fórmula “o/a” e adotarei o gênero masculino quando adequado. Vale ressaltar que, algumas vezes, o uso do termo diretor de Centro de Educação Infantil se dá pela própria nomenclatura do cargo na Prefeitura Municipal de São Paulo.

concepções sobre educação e cuidado para os bebês expressas pelas diretoras de CEIs? Que discursos proferem sobre as creches?

As teorias privilegiadas no trabalho foram os Estudos Sociais da Infância e a Teoria de Ideologia de John. B. Thompson (2011). No campo metodológico, adotamos a Hermenêutica de Profundidade (HP), também proposta por Thompson (2011) e a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977).

Os novos Estudos Sociais da Infância⁸ vêm contribuindo para nossas análises e interpretações sobre concepções de infância e de criança. Esses estudos reconhecem a infância como uma construção social e histórica e a criança como um ator social, produtor de cultura e sujeito de direitos. Essa perspectiva propõe a ruptura com concepções adultocêntricas e naturalizantes de infância e criança, que vinham orientando a produção de conhecimento sobre o tema, as quais consideravam o adulto como protagonista e a criança como objeto passivo no seu processo de socialização. Destacamos a contribuição teórica do sociólogo Qvortrup (2011), que considera a infância como uma estrutura social, questionando sua posição de subalternidade na sociedade moderna (BORGES, 2015).

A Teoria de Ideologia desenvolvida por Thompson (2011), cujo enfoque está orientado para análise concreta dos fenômenos sócio-históricos, consiste em compreender e expor as maneiras pelas quais as formas simbólicas são usadas para construir e manter relações de dominação em contextos estruturados. As formas simbólicas são definidas pelo autor como ações e falas, imagens e textos produzidos e reconhecidos pelos sujeitos.

É fato recente no contexto brasileiro o interesse pelo tema da educação e cuidado de bebês de 0 a 3 anos de idade em instituições coletivas. No contexto social da Primeira República, pelo menos até o início dos anos 1970, era consenso que a educação e o cuidado da criança pequena, no Brasil, constituíam preocupações do campo privado familiar. “Poucos e esparsos eram os sinais de que educar e cuidar de crianças pequenas era uma tarefa de toda a sociedade e uma obrigação do Estado” (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 4). A creche era ofertada basicamente para filhos pequenos de indigentes, órfãos ou necessitados, o que acabava por legitimá-la como um mal indispensável para o combate à pobreza e à mortalidade infantil (KUHLMANN JR., 1991). O atendimento à criança era feito de forma desintegrada, prevalecendo, ainda, uma certa indiferenciação entre as

⁸Rosemberg, 1976, 2003, 2006, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2012 James; Jenks; Prout, 1998; Montandon, 2001; Sirota, 2001; Alanen, 2001; Jenks, 2002; James; Prout, 2003; Alanen; Mayall, 2003; Qvortrup, 2003, 2010a, 2010b, 2010c 2011; Sarmento, 2005; Mollo-Bouvier, 2005; Muñoz, 2006; Prout, 2010; Corsaro, 2011.

instituições conhecidas como asilos infantis, creches, escolas maternais, vinculadas à assistência social, saúde ou de previdência social (KUHLMANN JR., 2000). Nesse caminho, ocorreram muitas mudanças (como também permanências) nos âmbitos familiar, social, econômico e político, relacionadas, sobretudo, ao trabalho feminino, à família e à criança pequena, que influenciaram a educação e o cuidado de crianças pequenas, impulsionando transformações no sistema educacional brasileiro (BORGES, 2015).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabeleceu, pela primeira vez, as creches como um direito das crianças e um dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBEN/96) incluiu efetivamente a Educação Infantil (EI) na primeira etapa da Educação básica. Dessa forma, o atendimento às crianças pequenas assumiu nova configuração, passando a ser concebido como ação educacional, deixando de ser abordado, como era até então, como atividade de assistência social.

Entretanto, apesar do avanço nos dispositivos legais, alguns indicadores importantes, como a insuficiência de vagas na creche, além da disparidade entre o número de crianças que frequentam a creche e a pré-escola, bem como certa desvantagem das creches quanto à qualidade, apontam para a posição subalterna dos bebês em relação às crianças e demais pessoas mais velhas.

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, 23,5% das crianças entre 0 a 3 anos frequentavam a creche ou escola, enquanto 80,1% das crianças entre 4 e 5 anos receberam atendimento na pré-escola ou escola no mesmo período (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 71). No município de São Paulo, embora o percentual tenha sido um pouco mais elevado, o Censo Escolar de 2011 indica que apenas 26,8% das crianças eram atendidas em creches e 86,9% das crianças eram atendidas em pré-escolas (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, p. 50)⁹. Dessa forma, a situação vigente mostra que a expansão no atendimento em creches é insuficiente, uma vez que as políticas públicas educacionais não são capazes de garantir vagas a todos que a pleiteiam, sendo seu acesso restrito, sobretudo para as crianças com menor idade, entre 0 a 3 anos. Ao analisar essas desigualdades consideramos que o poder público produz e sustenta desigualdade etária.

⁹Em 2015, no Brasil, de acordo com os dados da Pnad/IBGE, a taxa de atendimento em creche ou escola das crianças entre 0 a 3 anos atingiu 30,4%, enquanto o atendimento das crianças entre 4 e 5 anos na pré-escola ou escola cresceu para 90,5%. No Município de São Paulo, os dados da Pnad/IBGE no mesmo período, indicam que 43,5% das crianças de 0 a 3 anos eram atendidas em creche ou escola e 93,8% eram atendidas em pré-escola ou escola. Os dados mais recentes reforçam a tendência observada nos anos de 2010 e 2011, no que concerne à desigualdade no aumento do contingente de crianças na creche e na pré-escola. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/1-educacao-infantil/indicadores>>. Acesso em: 30 dez.2018.

METODOLOGIA

A metodologia da HP de Thompson (2011) compreende três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação e reinterpretação. Na primeira fase, os temas privilegiados para analisar o contexto sócio-histórico foram: creche no Brasil e no município de São Paulo, a trajetória do diretor de Centro de Educação Infantil e gestão educacional¹⁰. A segunda fase da HP tem a tarefa de investigar a organização interna das formas simbólicas que circulam nos campos sociais. As formas simbólicas analisadas foram os discursos proferidos pelas diretoras entrevistadas. Nessa fase, foi adotada a análise de conteúdo (AC), proposta por Bardin (1977). As transcrições das falas das diretoras de CEIs em forma de texto constituíram o *corpus* analisado que sustentou a pesquisa. Para composição e análise do corpus discursivo, foram abordados os procedimentos de seleção das diretoras de CEIs e de análise formal dos discursos proferidos, provocados e captados a partir de entrevistas semi-estruturadas, bem como os resultados obtidos. Os resultados das análises foram organizados em torno de seis eixos temáticos, que serão apresentados sinteticamente a seguir:

Nos dois primeiros eixos, procurou-se descrever dados sobre o perfil das diretoras, da trajetória e da formação profissional, bem como o contexto de produção das entrevistas. Vale ressaltar que as três diretoras de CEIs possuem longa carreira no magistério municipal de São Paulo, entretanto, na época da pesquisa, como diretoras efetivas em CEIs estavam em exercício aproximadamente há três anos. Duas das entrevistadas possuíam experiência na Educação Infantil e Ensino Fundamental e uma apenas em Ensino Fundamental. Nenhuma delas havia trabalhado antes em creche.

Referente às concepções sobre bebê, sua educação e cuidado, abordadas no eixo 3, apreendemos que o bebê foi considerado um ser dependente dos adultos, que precisa de cuidados básicos. No entanto, as diretoras de CEIs acrescentaram que o bebê também precisa de estímulos, interação com outros atores sociais e educação em instituição coletiva para desenvolver de modo pleno suas potencialidades (BORGES, 2015).

Não houve consenso nas falas das diretoras entrevistadas quanto à idade de um bebê. A primeira considerou que a faixa etária de um bebê vai até um ano. Para a segunda, o

¹⁰Os estudos sobre gestão educacional apresentaram-se também como uma temática relevante para a investigação. Na literatura consultada (Lück, 2009; documentos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2007a, 2007b, 2010, entre outros), os diretores são citados como importantes atores sociais que contribuem, para que as relações interpessoais no interior da creche aconteçam pautadas por uma gestão democrática e que tenha como foco o protagonismo infantil.

bebê foi considerado até 1 ano e meio de idade. Apesar de certa imprecisão, foi a terceira entrevistada que mais se aproximou das concepções adotadas pelo NEGRI: “[...] *eu acho que um bebê é até uns 2 aninhos. Não sei... a gente fala neném até os 3 anos aqui*”. (BORGES, 2015, depoimento de Catarina). Essa imprecisão de respostas também foi identificada por outros pesquisadores do NEGRI, (SILVA, 2014; TORRES, 2013; SECANECHIA, 2011; LAVIOLA, 2010; GALVÃO, 2008) e problematizada por Rosemberg (2003), ao apontar que a delimitação das idades não parece ser consensual para a maioria dos autores que tratam sobre o tema e da sociedade em geral.

Nesse eixo também captamos certa relutância em considerar os bebês como co-construtores dos acontecimentos na creche. Observamos que as suas necessidades são determinadas a partir de uma visão adultocêntrica, isto é, a partir do que o adulto, responsável pela sua educação formal, avalia ser mais adequado ao seu bem-estar, baseado em um conjunto de saberes que ele tem sobre a criança. Desta forma, as análises apontaram que os bebês estão colocados em posição de subalternidade em relação ao adulto, fato que, em nosso conceito, sustenta e mantém relações de dominação etária.

No eixo 4, na análise sobre a creche, apreendemos que esse espaço público foi associado como melhor local para educação e cuidado de bebês, por proporcionar interação com outras crianças e adultos e experiências diversificadas que auxiliam no seu desenvolvimento integral. A creche direta foi considerada como espaço coletivo de melhor padrão de atendimento, sobretudo por contar com docentes qualificados, formação profissional continuada e serviços especializados, como a oferta de alimentação balanceada, sendo assinalada como uma etapa da Educação Pública bem sucedida.

O reconhecimento de que o acesso à creche é um direito de toda criança pequena e dever do Estado também emerge nos discursos. Entretanto, as diretoras trouxeram à tona critérios prioritários para preencher as poucas vagas existentes, como: para mãe trabalhadora; para crianças oriundas de camadas sociais menos favorecidas e para crianças em situação de risco pessoal e social, mostrando resquícios de uma trajetória impregnada de um passado antidemocrático e não igualitário. Paradoxalmente, observou-se que em momentos em que mães procuram por vagas para seus filhos, estas, muitas vezes, são auxiliadas pelas diretoras que indicam a judicialização como caminho mais rápido para a obtenção da vaga em creche. À luz da teoria de Thompson (2011), analisamos que por oposição à naturalização do levantamento de critérios para preenchimento de vagas,

ocorreu a indicação do Ministério Público para a concretização do direito dos bebês à creche.

Pôde-se verificar ainda que, embora tenha emergido nos discursos aspectos positivos sobre a creche, ela também foi passível de críticas. Discorreu-se sobre problemas contemporâneos que assolam a maioria das instituições públicas de atendimento à EI, quais sejam: o número excessivo de crianças pequenas matriculadas no mesmo espaço físico, número de professores insuficiente, reduzido número de berçários, morosidade na fila de espera por vaga, até mesmo, a alteração legal da formação dos agrupamentos em creche, que encurtou o tempo de permanência do bebê na instituição.

Merecem destaque as informações obtidas referentes ao atendimento dos bebês no Berçário¹¹. De acordo com as entrevistadas, este agrupamento não é oferecido por todas as creches do município, sendo isso a possível razão da crescente demanda nas unidades que o possuem, e fato que esclarece, em parte, porque especialmente as crianças pequenas de 0 a 2 anos de idade são as que menos frequentam instituições educacionais formais, constatando-se a desigual distribuição de benefícios das políticas públicas entre grupos de idade. Essa constatação da distribuição desproporcional de benefícios das políticas públicas entre grupos etários é identificada na pesquisa, como produção ideológica que sustenta e produz desigualdades de idade, fato que dificulta ou impede que a criança pequena seja tratada como sujeito de direitos e, dessa forma, tenha investimentos públicos em seu favor como em outras faixas etárias e a primazia por uma educação igualitária. Entendemos que os bebês, independentemente da região de seu domicílio, da sua classe social, da cor/raça ou idade, devem ser tratados com igualdade pela sociedade e ter as mesmas oportunidades e direitos assegurados.

No eixo 5, tratamos das responsabilidades da sociedade e do Estado para com o bebê. No discurso das entrevistadas, conjecturou-se a possibilidade do poder público municipal de São Paulo expandir o número de matrículas com a oferta de atendimento em período parcial, como estratégia para reduzir o déficit de vagas para a população de 0 a 3 anos de idade sem ampliar a infraestrutura. As entrevistadas também apontaram sugestões para superar alguns problemas cristalizados nas políticas públicas de atendimento de crianças em espaços coletivos, como por exemplo, aumentar o investimento público e desburocratizar a utilização de verbas, elevar a oferta de vagas às creches, através da

¹¹Vide Instrução Normativa nº 16, de 25 de setembro de 2018.

expansão da rede direta e promover ações que acresçam a responsabilidade, compromisso e empenho de todos envolvidos com a formação da criança.

Sobre a gestão de creche, abordada no último eixo, pudemos apreender que os espaços de discussões coletivas disponibilizados nas creches onde as diretoras entrevistadas atuam, são ocupados predominantemente pela equipe gestora e docente, que delibera alguns aspectos de sua organização, estrutura e funcionamento. Na época da pesquisa, a participação de funcionários de outros segmentos da unidade, de pais e crianças mostrou-se ínfima no universo investigado. As análises sinalizaram que a prática de gestão democrática ainda é um processo em construção e consolidação.

Não obstante as entrevistadas terem apontado os profissionais da Educação como atores sociais, que devem defender e cobrar os direitos dos bebês, notamos que, de maneira geral, a temática tem sido pouco refletida na unidade educacional. Além disso, não assinalamos, no âmbito da investigação, efetiva mobilização social das diretoras nos diversos espaços que ocupam, frente às políticas públicas de EI para a faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Em outros termos, salvo as ações realizadas no local onde exercem suas funções como diretoras de CEI, não localizamos evidências de mobilização coletiva ou individual por universalização de vagas, como direito dos bebês de serem educados e cuidados em Instituição pública de qualidade. Essa reduzida mobilização política, a nosso ver, dificulta o avanço das discussões e pouco contribui para a construção de políticas públicas de qualidade na Educação para a primeira infância.

As formas simbólicas analisadas revelaram que nos processos sócio-históricos estamos sujeitos a um vaivém tanto da reificação da ideologia, que impede uma transformação, como da maturidade ideológica, que conduz a uma mudança social.

Sendo assim, corroboramos as reflexões de Rosemberg (2009; 2012), ao assinalar que nossa tarefa é imensa, e que mesmo convivendo com concepções arcaicas cristalizadas ao longo do tempo, temos que corrigir opções do passado e projetar um futuro de atendimento adequado e de qualidade satisfatória para a pequena infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu origem a esse texto buscou trazer à tona concepções de creche, educação e cuidado das crianças pequenas de até 3 anos de idade, que circulam em

discursos de diretoras de Centros de Educação Infantil (CEIs) diretos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME).

Nossas análises apontam que os bebês, as crianças pequenas, estão colocados em posição de subalternidade em relação ao adulto, fato que, em nosso conceito, sustenta e mantém relações de dominação etária. Dentre os diferentes modos de operação da ideologia, sugerimos a dissimulação para interpretar esses dados, uma vez que o adulto, exercendo poder sobre a criança pequena, dissimula e obscurece relações assimétricas de idade.

Consideramos que para efetivar a creche como uma extensão do direito universal dos bebês à educação, conforme a CF/88, é imprescindível avançarmos nos debates, incentivar a participação ativa de diferentes atores sociais nas discussões, reivindicar por acesso e qualidade, propor políticas públicas educacionais adequadas que contemplem as crianças de 0 a 3 anos e resistir às políticas de apelo às soluções simples de modelos incompletos e emergenciais de atendimento como forma de combate às desigualdades sociais.

No que tange à gestão participativa e democrática, observou-se que ainda há um longo período de negociação de significados que precisa ser construído no campo das instituições de Educação Infantil. É importante destacar que essa prática de gestão democrática, ainda incipiente e oscilante, não é exclusividade da EI, ela ainda se faz presente em diversos setores da sociedade, inclusive nos diferentes segmentos da Educação. Devemos recordar que esse vaivém entre uma prática mais tradicional de gestão para uma prática mais contemporânea, ainda é consequência da herança deixada pelos modelos de gestão anteriormente instalados nas redes públicas e resultado de nossa história social e política.

Para que o direito à Educação Infantil de qualidade, especialmente às crianças pequenas de 0 a 3 anos de idade, seja de fato reconhecido e concretizado, é imprescindível que haja também intensa mobilização popular. É preciso que os diversos atores sociais, notadamente diretoras de CEIs, contribuam para a criação de novas leis, políticas e programas que atendam as demandas sociais, seja por meio da divulgação das questões da infância, pela participação em manifestações sociais e sindicais ou pelo voto. É trazendo as questões acerca do bebê e da creche para o debate que pretendemos contribuir para sua visibilidade pública e maior atenção do poder público e da sociedade pela efetivação do seu direito à educação e cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA (2013). *Educação e desigualdades na cidade de São Paulo*. São Paulo, Ação Educativa.

BARDIN, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

BORGES, Rosana Capputi (2015). *Concepções de Diretoras de Centros de Educação Infantil paulistanos sobre creche, educação e cuidado de crianças pequenas de até 3 anos*. 268f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GALVÃO, Bárbara Radovanski (2009). *A criança pequena, seu cuidado e educação em discursos de homens-pais*. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2013). *Síntese de Indicadores Sociais 2013: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2013>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

KUHLMANN JR., Moysés (1991). *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 78, p.17-26, 1991

_____. (2000). “Histórias da educação infantil brasileira”. *Revista brasileira de educação*, n. 14, mai./jun./jul./ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LAVIOLA, Elaine (2010). *O bebê, sua educação e cuidado em discursos de mães de camadas médias*. 431f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LÜCK, Heloisa (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba, Editora Positivo.

QVORTRUP, Jens (2011). Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Pro-Posições*. Campinas, v. 22, n. 1, jan./abr., p.199-211. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072011000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan. 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia (1976). Educação: para quem? *Ciência e Cultura*, v. 12, n. 28 dez., p. 1466-1471.

_____. (2009a). *Tendências e tensões na educação infantil brasileira*. São Paulo. 2009a. (em mimeo)

_____ (2009b). “A criança pequena na agenda de políticas para a infância representações e tensões”. Texto apresentado no Congresso Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), São Paulo, jan.

_____ (2011). A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida (Org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – Ceert.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia (2012). Pesquisa Nacional: Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Relatório 2. Análise dos dados quantitativos das condições educacionais de crianças de 0 a 6 anos em área rural. Volume 1 – *Análise dos dados quantitativos das condições educacionais de crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural: dados secundários*. Brasil, FCC.

SÃO PAULO (2007a). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Orientação Técnica. *A Rede em rede: formação continuada na Educação infantil – fase 1*. São Paulo, SME/DOT.

_____ (2007b). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Orientação Técnica. *Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para a Educação Infantil*. São Paulo, SME/DOT.

_____ (2010). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Orientação Técnica. Relação entre os diferentes atores da unidade educacional – âmbito 1. *A Rede em rede: a formação continuada na Educação Infantil*. São Paulo, SME/DOT.

SECANECHIA, Lourdes Pereira de Queiroz (2011). *Uma interpretação à luz da ideologia de discursos sobre o bebê e a creche captados em cursos de Pedagogia da cidade de São Paulo*. 227p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Marta Lúcia (2014). *Concepções de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade*. 220f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, John Brookshire (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes.

TORRES, Maria Eduarda Abrantes (2013). *Discursos de avós sobre o bebê, sua educação e cuidado*. 237f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.